



33° Fórum Estadual da Undime-SP

26 e 27 de Março
Blue Med Convention Center
Santos/SP

Políticas Públicas Estruturantes

Educação Integral e Inclusiva



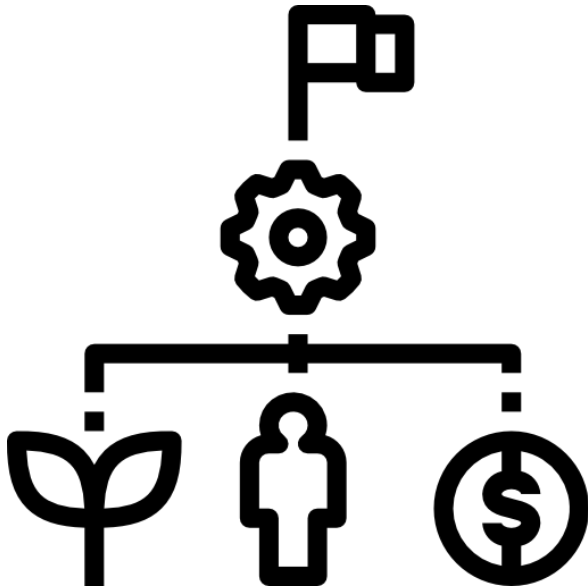
UNDIME SP

União dos Dirigentes Municipais
de Educação



FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Desafios para os próximos anos



Principais fontes de recursos:

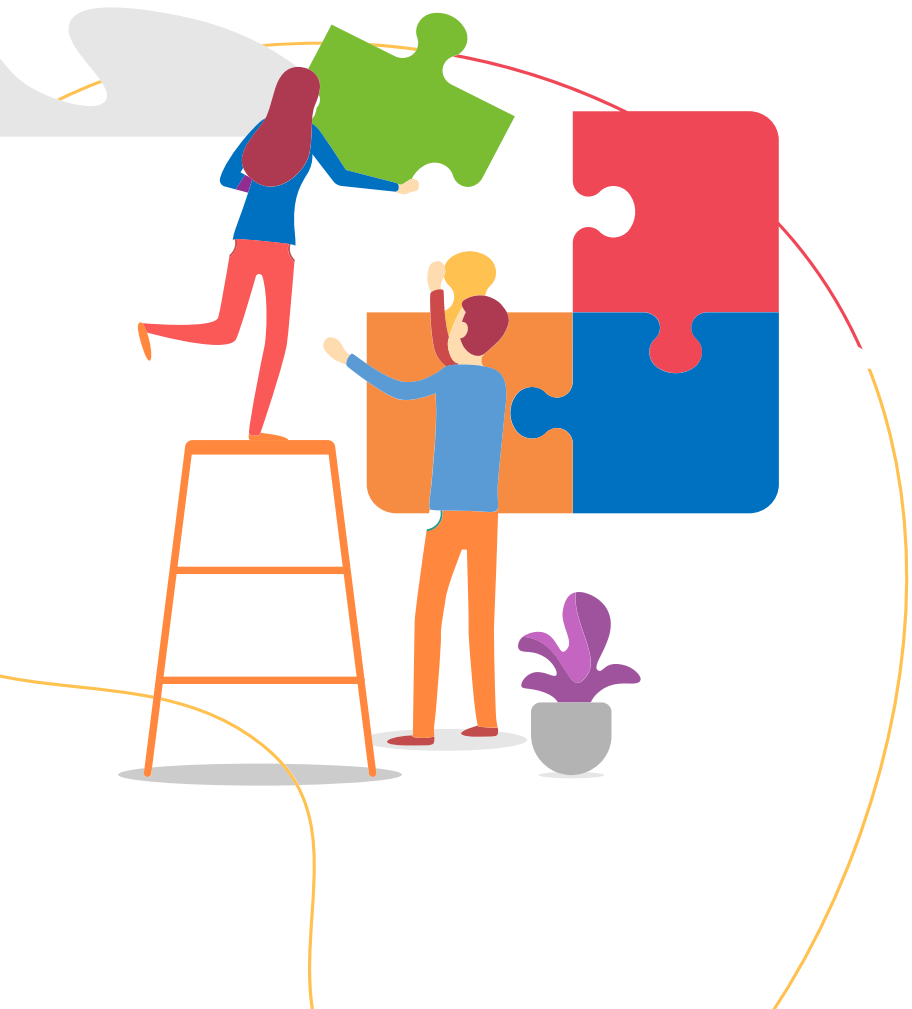
1. FUNDEB
2. Quota Salário Educação
3. Mínimo de 5% de recursos próprios da aplicação mínima
4. Convênios federais e estaduais



Principais despesas da educação

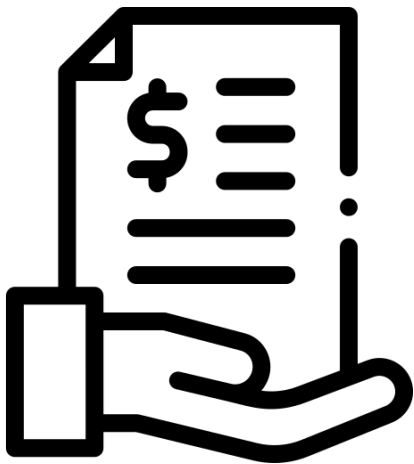


1. Pessoal do magistério
2. Profissionais da educação não docente
3. Manutenção em geral (energia, água, insumos, materiais, uniformes)
4. Transporte escolar
5. Merenda escolar
6. Reformas e investimentos



Receita: FUNDEB

- Vinculada diretamente a atividade econômica e focada no ICMS
- Cenário atual de queda do ICMS em São Paulo
- Utilizada quase integralmente para o pagamento do pessoal do magistério
- Reforma tributária vai representar uma queda da arrecadação em SP e impactará no FUNDEB
- Possibilidade de crescimento dessa receita com melhor utilização dos dados do Censo: lançamento correto do aluno em tempo integral, AEE e educação especial conveniada.
- ICMS educacional pode representar acréscimo de receita



Receita – QSE

- Nova lei do FUNDEB alterou a forma de distribuição dos recursos
- Julgamento de ADPF 188 pelo STF representou queda de 54% do QSE em SP
- FNDE e AGU não agiram em junho de 2022 para modular os efeitos
- Utilizar de quase todo o recurso para insumos da merenda escolar, transporte escolar e, quando sobrava para reformas e obras.
- Cota parte federal financia PDDE, PNLD, PNAE, PNATE, PAR e programas federais de educação básica.
- Divisão: 1% para a Receita Federal, 10% para a FNDE. Da sobra 1/3 fica com o MEC e 2/3 para Estados e Municípios de acordo com o número de matriculas.

Receita: Recursos próprios



- Diferença entre o FUNDEB (20%) e os 25% de aplicação mínima
- Ênfase da aplicação na educação infantil.
- Maior parte utilizada para pagamento de pessoal não docente.
- Pressão de gastos da saúde e da segurança cada vez mais crescentes
- Estado de SP quer reduzir de 30% para, na prática 25% do gasto na educação



Receitas: Convênios Federais e Estaduais

- PDDE e PNAE bons programas. PNATE recurso insignificante
- PAR bom conceito, porém foi deturpado pelo RP9 (Orçamento Secreto)
- Emendas impositivas federais e estaduais são ótima estratégia para investimentos e aquisição de equipamentos
- Convênio transporte escolar estadual é uma forma inteligente de dividir os custos
- Convênio Merenda Escolar Estadual: pior barco furado para a educação municipal.

DESPESAS

PESSOAL DO MAGISTÉRIO



- Principal despesa: representa em média mais de 50% do orçamento da educação
- Forma de aumento do piso nacional do magistério é explosiva (Valor aluno/ano)
- Planos de carreira, de modo geral, são baseados num modelo de gestão de pessoal ultrapassado
- Cenário demográfico tem provocado redução do número de alunos, sem redução do número de professores. Risco de uma quantidade enorme de salas com poucos alunos e escolas pequenas.
- Explosão de diagnósticos de autismo e ênfase na educação especial tem elevado as despesas com professores especializados



SE VOCÊ CONVIDA MUITA GENTE PARA A FESTA E NÃO TEM COMO AUMENTAR O BOLO DE ANIVERSÁRIO, O PEDAÇO DE CADA UM ACABA SENDO MENOR.

DESPESAS PESSOAL NÃO DOCENTE



- Segunda maior despesa da educação: representa em média 30% do orçamento da educação
- Ampliação da educação infantil potencializou essa despesa
- Demanda crescente por acompanhantes de alunos da educação especial e TEA
- Decisões judiciais que ampliam direitos do magistério para pessoal não docente.
- Reforma trabalhista ampliou possibilidade de terceirização



Obrigado!

Dúvidas?

adinan.ortolan@gmail.com